

# A grande crise do capital

*Rodrigo Dantas<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo é uma análise marxista da crise econômica mundial e do modo como ela coloca em questão o sistema capitalista. Nele defendemos a tese de que não estamos diante de uma “crise financeira”, mas de uma crise clássica de superprodução, determinada pelo caráter cada vez mais especulativo do capital e pela hipertrofia do capital financeiro diante do capital que produz diretamente a mais-valia. São analisadas as dimensões estruturais da crise, o papel do Estado, a natureza do capital financeiro e as determinações estruturais que produzem a tendência histórica à queda da taxa de lucro

**Palavras-chave:** Capital – Crise de Super-Produção – Capital Financeiro – Taxa de Lucro – Mais-valia.

## 1. A maior crise do capitalismo no pós-guerra

Em 2007/2008 teve início a maior crise do capitalismo no pós-guerra. Como a grande crise de 1929, que se estendeu ao longo dos anos 30 e só pôde se “resolver” na Segunda Guerra Mundial, ela nasceu no epicentro do imperialismo, os EUA, determinando o fim do período de expansão que se seguiu à restauração capitalista na Rússia, no Leste Europeu e na China, em que as derrotas históricas sofridas pela classe trabalhadora e o fim do primeiro século da revolução social abriram caminho para a ofensiva global do capital pela supressão de todas as barreiras à sua reprodução ampliada. Como todas as grandes crises do capitalismo, a

---

<sup>1</sup> Professor no Departamento de Filosofia da UnB. E-mail: rodrigods@unb.br

que agora se inicia é a expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa de capitais sobreexcedentes que diariamente circula nos mercados financeiros de todo o planeta. Depois de um período de expansão no processo de reprodução ampliada do capital, a superprodução, a sobre-acumulação e o sobre-investimento de capitais estendeu-se, como em todas as crises de superprodução, muito além das condições concretas de sua valorização indefinidamente ampliada pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada. Os números que retratam a profundidade da crise, a trajetória consistente de queda da taxa de lucro desde os anos 70 e a análise das tendências estruturais do capitalismo, em seu conjunto, indicam claramente que podemos estar no início de um longo período de destruição e declínio das forças produtivas, em que o capital não terá outra saída senão utilizar os mais violentos meios a seu alcance para restaurar as condições de reprodução ampliada<sup>2</sup>.

Antes mesmo da queda da taxa de lucro em 2007 e de seu aprofundamento decisivo em 2008, já havia claros sinais de que uma grave crise

2 Vejamos o que dizem alguns dos principais dados da economia mundial. Em 2008, nos EUA, a queda na produção industrial foi de 10%; no quarto trimestre deste mesmo ano, depois do estouro da bolha especulativa do mercado imobiliário e do anúncio da falência de grandes bancos e empresas, a queda do PIB nos EUA foi de 6,2%. No primeiro trimestre de 2009, a situação se agravou: a queda no PIB foi de mais 6,1%, a da produção industrial chegou a 20% e a taxa de investimento despencou 39,2%, números que não se verificavam desde os anos 30, apontando para a iminência de uma depressão econômica. Na Europa, a situação é igualmente grave. Com seus bancos diretamente afetados pelos investimentos que mantém nos EUA e envolvidos na quebra de países do leste europeu, a produção industrial teve uma queda de 12% na Alemanha e de 9% na Inglaterra. A previsão de queda no PIB alemão para o ano de 2009 chega a 6%, enquanto a estimativa para o conjunto do continente europeu é de uma queda de mais de 4%. No Japão, que se arrasta desde os anos 90 numa crônica estagnação econômica, a queda na produção industrial em 2009 foi de 10% em janeiro e mais 9,4% em fevereiro. O PIB da segunda maior economia mundial caiu 15,2% na taxa anualizada do primeiro semestre de 2009. A China – país que mais cresceu nas duas últimas décadas – vive uma desaceleração muito forte: o crescimento de seu PIB, que girava em torno de 13% ao ano, caiu para cerca de 6%. Na Rússia, a previsão é de que seu PIB caia mais de 6% em 2009; no primeiro trimestre de 2009, a queda foi de 9,5%, e a previsão de queda para o segundo semestre situa-se entre 8,7 e 10%, o que pode significar uma queda no ano ainda maior do que a prevista. Na América Latina, a previsão do FMI aponta para uma queda de 1,5% do PIB, próxima à queda estimada para o PIB mundial em 2009. O comércio internacional, fortemente afetado pela contração do crédito e pela queda na produção industrial, sofreu uma queda de 17,5% em volume entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 (taxa anualizada de 44%), e de 22% em valores – a primeira desde a Segunda Guerra Mundial. A previsão de queda no fluxo de capitais para os países coloniais e semi-coloniais é de cerca de 80% nos próximos anos. Desde o início do período mais agudo da crise, em setembro de 2008, até meados de 2009, 23 países já tiveram de recorrer ao FMI.

estava se preparando nos subterrâneos do capital. Depois da crise que se instalou no fim dos anos 60 e aprofundou-se nos anos 70 e parte dos 80, vivemos duas décadas de expansão “globalizada” do capital, em que se verificou um crescimento brutal da quantidade de capitais que disputam pela apropriação da mais-valia produzida<sup>3</sup>. Ao longo deste período, a massa de capitais sobre-acumulados investidos no mercado financeiro, na mesma medida em que permitia a ampliação do crédito, do investimento e dos processos diretos de produção de valor e mais-valia, impulsionava a multiplicação dos mecanismos de valorização fictícia do capital, aos quais já não correspondia nenhum valor e nenhuma capacidade de produzir ou extrair mais-valia adicional<sup>4</sup>. Ao tentar romper os limites estruturais da lei do valor e instaurar um “regime de acumulação financeira”, o capitalismo produziu uma massa de capitais fictícios sem

3 Os principais fatores determinantes da expansão do capital depois da crise dos anos 70 foram: a) a restauração do capitalismo na China, na Rússia, no Leste Europeu e na Ásia, que abriu novas fontes de matérias-primas e novos mercados consumidores, permitindo ao imperialismo explorar diretamente os trabalhadores destes países, principalmente na China e na Ásia, que se transformaram na “fábrica do mundo” mediante a oferta de mão de obra barata e abundante; b) a quebra dos monopólios estatais e sua privatização, abrindo espaço para a exploração direta das riquezas naturais; c) as privatizações das empresas estatais, dos serviços públicos e da infra-estrutura da sociedade, que permitiu ao capital explorar diretamente uma grande quantidade de trabalhadores e auferir grandes lucros monopolistas mediante o controle de setores da economia que até então se achavam sob o poder do Estado; d) o fim das reservas de mercado e de outros mecanismos protecionistas, com a abertura das economias nacionais ao investimento das corporações que operam no mercado mundial; e) os ganhos de produtividade e o aumento na extração de mais-relativa advindos da introdução das novas tecnologias de informação e comunicação na base dos processos produtivos; f) a introdução de novas formas de aumento da exploração do trabalho assalariado e de extração de mais-valia absoluta e relativa, advindos dos processos de “reestruturação produtiva”, da “flexibilização” das relações trabalhistas, das terceirizações, do aumento da informalidade, da generalização de contratos precários, da eliminação sistemática de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, etc. g) a liberalização e a desregulamentação dos fluxos de capital e a multiplicação desenfreada dos mecanismos puramente especulativos de reprodução do capital, que permitiu ampliar enormemente a oferta de créditos e capitais e sua crescente mobilidade em todo o planeta na mesma medida em que fez crescer a massa de capitais que disputam pela mais-valia produzida sem produzir valor nem mais-valia nem ajudar a criar as condições para isso.

4 O desenvolvimento histórico do capital na sua forma puramente financeira expressa a determinação mais imediata do capital, apreendida por Marx nos seguintes termos: “Porque o aspecto monetário do valor é sua forma independente e tangível, a forma D-D, cujos pontos de partida e de chegada são o dinheiro real, expressa da maneira mais tangível a idéia de ‘ganhar dinheiro’, que é o principal motor da produção capitalista. O processo de produção capitalista apareceu unicamente como um passo intermediário inevitável, como um mal necessário para ganhar dinheiro. Por isso, todas as nações que funcionam segundo o modo de produção capitalista padecem periodicamente da vertigem de querer ganhar dinheiro sem a intermediação do processo de produção”. MARX, Karl. *Le Capital*, livro II, vol. 1. Paris, Éditions Sociales, p. 54.

precedentes na história<sup>5</sup>. Uma imensa pirâmide financeira de capitais fictícios, títulos especulativamente valorizados e créditos e dívidas podres em cadeia foi artificialmente construída e permanentemente inflada com a cumplicidade ativa dos organismos internacionais, do sistema financeiro, dos Estados nacionais e de suas autoridades monetárias em todo o planeta. Seu resultado foi que os diversos tipos de ativos financeiros em circulação no planeta foram estimados, em 2008, como algo que ultrapassa a fantástica cifra de 680 trilhões de dólares para um PIB mundial que se situa em torno de 60 trilhões de dólares<sup>6</sup>. Mais cedo ou mais tarde a superprodução de capitais não poderia deixar de sobrepujar a produção de mais-valia adicional, produzindo a queda da taxa de lucro e, com ela, o derretimento inevitável dos capitais aos quais já não correspondia qualquer massa de valor e mais-valia. A insuficiência da mais-valia produzida diante da super-produção e da super-acumulação de capitais especulativos e parasitários que não produzem valor novo nem criam as condições para produzi-lo desencadeou uma espiral de queda da taxa de lucro que não pôde ser contida nem mesmo pela maior intervenção já feita pelos Estados nacionais na economia, que até meados de 2009 já injetaram mais de dez trilhões de dólares para salvar bancos e empresas falidas e injetar liquidez no sistema financeiro em decomposição<sup>7</sup>.

5 “Para Marx, o capital fictício é a acumulação de títulos que são ‘sombras de investimentos’ já feitos mas que, como títulos de bônus e ações, aparecem com o aspecto de capital a seus proprietários. Não são capital para o sistema como um todo, para o processo de acumulação, mas o são para seus proprietários e, em condições normais de expansão dos processos de valorização do capital, rendem a seus proprietários juros e dividendos. Seu caráter fictício se revela em situações de crise. Quando sobrevêm crises de super-produção, quebra de empresas, etc., se percebe que este capital não existia... Por isso também pode ler-se nos jornais que tal ou qual quantidade de capital ‘desapareceu’ em alguma oscilação da Bolsa: estas somas nunca haviam existido como capital propriamente dito, a despeito de que, para os proprietários destas ações, representavam títulos que davam direito a dividendos, juros e lucros”. CHESNAIS, F. et al. “Como la crisis de 29, o más...Um nuevo contexto mundial”. In: *Crack del Capitalismo Mundial*. Condor Editores, 2008, p. 44.

6 De acordo com o Banco Internacional de Compensações (BIS), o total de contratos derivativos no mundo é de 683 trilhões de dólares, incluindo nesta estimativa todos os contratos negociados nas bolsas de valores do mundo (.). Este mesmo abismo se manifesta na relação entre o dinheiro em circulação e o volume de crédito nos EUA: entre 2006 e meados de 2008, a relação entre o volume de dinheiro em circulação nos EUA e o volume de crédito oferecido pelos bancos (“*money multiplier*”) no mercado era de 1 para 9; concretamente, isso significa que cada dólar depositado nos bancos dos EUA transformava-se em 9 dólares em circulação.

Marx chamou “hiper-equação da taxa de lucro” a soma da mais-valia extraída em cada um dos setores da economia dividida pela soma de todos os capitais investidos. Esta equação nos dá a taxa média de lucro do capital. Se a vemos a partir do ingresso destes capitais especulativos e parasitários, a mais-valia segue sendo o resultado da soma de mais-valia que se extraiu na produção, mas os capitais que perseguem as condições de sua valorização especulativa crescem cada vez mais, sem que esse aumento ajude a produzir mais-valia adicional. Ao longo deste processo, quanto maior o sobre-incremento da composição orgânica do capital produzido pela expansão do crédito e pelos mecanismos de valorização especulativa e fictícia do capital, mais acirrada a disputa entre os capitais – fictícios ou não – pela apropriação da mais-valia produzida. O montante de capitais na esfera da circulação, à medida que se tornava cada vez maior em relação ao montante de capitais investidos na extração de mais-valia, não poderia deixar de produzir a queda da taxa de lucro para o sistema do capital como um todo.

Não estamos, portanto, diante de uma “crise financeira”, mas de uma crise clássica de superprodução, originada pela queda da taxa de lucro e decisivamente agravada pelo caráter cada vez mais especulativo do capital e pela hipertrofia do capital financeiro diante do capital que produz diretamente a mais-valia<sup>8</sup>, agora numa dimensão proporcional ao grau de extensão e integração planetária historicamente alcançado pelo

7 Até meados de 2009, a crise custou mais de US\$ 10 trilhões aos governos de todo o mundo. Algumas economias se preparam para enfrentar sua pior dívida pública desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados são do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estima um gasto, apenas dos países ricos, no valor de US\$ 9,2 trilhões para salvar bancos e dar liquidez ao mercado financeiro. O montante já gasto e prometido por governos para ajudar as instituições financeiras equivale a quase oito vezes o PIB brasileiro, de cerca de US\$ 1,5 trilhão. Além de ter de emprestar e salvar bancos, governos viram suas arrecadações despencarem diante da queda da produção e do consumo. Por isso, o FMI alerta que a crise terá um efeito de longo prazo. Até 2014, projeta-se que as dívidas do governo do Japão somarão 239% de seu PIB, na Itália, 132% do PIB, e nos EUA, elas saltarão de 63% do PIB para 112%. Segundo o Fundo, os países ricos deverão atingir um déficit em seu orçamento de 10,2% de seus PIBs ao final do ano. Para muitos países, esse será o maior déficit desde o final da Segunda Guerra Mundial.

8 “Não estamos diante de uma ‘crise financeira’, ou de uma ‘crise de novo tipo’; estamos mais uma vez diante de uma crise clássica, originada pela queda da taxa de lucro, que se vê agravada pelo caráter cada vez mais especulativo do capitalismo e a hipertrofia do circuito financeiro. Há uma pressão cada vez mais feroz dos capitais circulantes sobre a mais-valia extraída, que derruba a taxa de lucro”. ITURBE, Alejandro. “A pior crise capitalista desde 1929?”. Informe oral apresentado no IX Congresso Mundial da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-CI). *Revista Marxismo Vivo*, n. 19, 2008, p. 22.

processo de sua reprodução ampliada. A falência de alguns dos maiores bancos, empresas e seguradoras e a explosão nos EUA da imensa bolha especulativa que havia enredado grande parte da economia mundial, num cenário de queda da taxa de lucro, provocou uma brutal retração na oferta de crédito e capitais. Seu resultado imediato foi o desabamento da pirâmide especulativa de ativos, créditos e dívidas podres em que havia se tornado a economia mundial. Quando ela começou a vir abaixo, a queima de capitais e forças produtivas atingiu uma magnitude sem precedentes na história do capitalismo. O pânico se instalou. Grandes bancos e empresas foram à falência em todo o mundo e outros começaram a anunciar quedas nos rendimentos e grandes prejuízos em seus balanços. Uma imensa massa de capitais fictícios simplesmente derreteu ou sofreu uma drástica depreciação de seu valor, que ainda não pode ser estimada em toda sua magnitude. A taxa de lucro continuou a cair em todos os setores da economia. O crédito e a oferta de capitais restringiram-se ainda mais, fizeram a taxa de investimento entrar em queda livre e derrubaram a produção e o consumo, o comércio exterior e o conjunto da economia mundial. O maquinário que não se emprega, assim como o trabalho que não se explora, as matérias-primas que não se utilizam, os capitais que não se reproduzem e as mercadorias que não se comercializa equivalem a grandes massas de capitais que se perdem ou deixam de se reproduzir. A produção industrial despencou e os índices de ociosidade da capacidade produtiva instalada dispararam. A contração do crédito restringiu o consumo de mercadorias, contribuindo para que se acumulassem grandes estoques. O investimento em bens de capital caiu ainda mais drasticamente que nos outros setores da economia, renunciando, para além da retração imediata, uma longa fase de declínio e estagnação na produção industrial e no conjunto das atividades econômicas em escala global.

O crescimento generalizado das taxas de endividamento de consumidores, famílias, empresas e países inteiros projeta uma sombra sobre as perspectivas cada vez mais desalentadoras para a economia global no próximo período. Demissões em massa foram anunciadas pelas principais empresas que controlam o mercado mundial, com a queda na produção e na demanda afetando gravemente a imensa cadeia produtiva

formada por seus fornecedores e o conjunto da economia. A taxa de desemprego explodiu em todos os países. A pobreza, o subconsumo e a fome se alastram por toda parte. A intensa pressão sobre os trabalhadores e a burocracia sindical para negociar direitos, salários e jornada de trabalho em troca da promessa de preservação dos empregos prenuncia o recrudescimento ainda mais violento da exploração do trabalho em todo o planeta. O arrocho que ocorrerá se a classe trabalhadora não entrar em luta fará com que a massa salarial entre em queda livre, acentuando ainda mais a retração do consumo, a escalada do desemprego estrutural de massas e da precarização sistemática das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora mundial.

Para “socializar” seus prejuízos, restabelecer a oferta de créditos e capitais e aumentar novamente a taxa de lucro, o capital terá de recorrer ao aumento da super-exploração do trabalho, ao assalto às imensas massas de mais-valia já acumulada que se acham sob controle do Estado e, não menos importante, às forças repressivas que ele certamente terá de empregar para derrotar os trabalhadores na luta de classes. É esta a única resposta que o capital *pode e deve* dar à sua própria crise. As mais diversas formas de intervenção estatal continuarão injetando liquidez nos mercados financeiros, aumentando o endividamento estatal e desviando recursos públicos para resgatar corporações falidas e restabelecer a oferta de crédito e as condições de produção e circulação de capitais, gerando assim o crescimento exponencial do déficit fiscal e da dívida estatal em meio a um cenário de contração das atividades econômicas<sup>9</sup>. A maior operação de salvamento do capital já protagonizada pelos Estados nacionais das principais economias do mundo em toda a história do

9 Até meados de 2009, a crise custou mais de US\$ 10 trilhões aos governos de todo o mundo. Algumas economias se prepararam para enfrentar sua pior dívida pública desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados são do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estima um gasto, apenas dos países ricos, no valor de US\$ 9,2 trilhões para salvar bancos e dar liquidez ao mercado financeiro. O montante já gasto e prometido por governos para ajudar as instituições financeiras equivale a quase oito vezes o PIB brasileiro, de cerca de US\$ 1,5 trilhão. Além de ter de emprestar e salvar bancos, governos viram suas arrecadações despencarem diante da queda da produção e do consumo. Por isso, o FMI alerta que a crise terá um efeito de longo prazo. Até 2014, projeta-se que as dívidas do governo do Japão somarão 239% de seu PIB, na Itália, 132% do PIB, e nos EUA, elas saltarão de 63% do PIB para 112%. Segundo o Fundo, os países ricos deverão atingir um déficit em seu orçamento de 10,2% de seus PIBs ao final do ano. Para muitos países, esse será o maior déficit desde o final da Segunda Guerra Mundial.

capitalismo certamente atenuará os efeitos devastadores da crise, mas não poderá suprimir as contradições e antagonismos estruturais que a determinam. A crise se prolongará enquanto a massa excedente de capitais sobre-produzidos e sobre-acumulados não conseguir restaurar e ampliar as bases materiais de sua valorização. Para superá-la, o capital não tem alternativa senão “socializar” seus prejuízos em larga escala, sequestrar o Estado para seus próprios fins e empreender os mais duros ataques, as mais pesadas perdas e as maiores derrotas à classe trabalhadora, numa escala ainda maior do que em seu último período de expansão<sup>10</sup>.

Hoje como sempre, os limites das ações que poderão ser tomadas pela burguesia, pelos Estados nacionais e pelos organismos internacionais para restaurar as condições de reprodução do capital serão os limites que a luta de classes permitir. Assim como não há crise final do capitalismo como resultado de um processo puramente econômico que dispense a atividade histórica da classe trabalhadora, também não há saída “automática” e puramente econômica para as crises do capital que dispense a burguesia de utilizar o Estado para descarregar o peso da crise nos ombros da classe que produz toda a riqueza socialmente produzida. Porque o capital é uma relação social, a grande incógnita histórica em todas as suas crises permanece sendo a luta de classes. Não será diferente desta vez.

10 A experiência histórica demonstra que a “saída” para as principais crises que o capitalismo enfrentou até aqui sempre exigiu a “destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas”, a “conquista de novos mercados e a exploração mais intensa dos antigos”; o aumento da exploração do trabalho e o recurso às mais diversas formas de intervenção do Estado para resgatar o capital de sua crise; um intenso processo de concentração e centralização de capitais e novas rodadas de “reestruturação produtiva” que aumentem a extração de mais-valia relativa e de mais-valia absoluta; a expansão imperialista, a guerra e maciços investimentos na corrida armamentista e no complexo militar-industrial – meios violentos portanto, amparados pela contra-revolução quando necessário, que quando não levaram à revolução contra o capital sempre resultaram, de uma forma ou de outra, na restauração ampliada de suas condições de valorização. A história demonstra que não há como ser de outra forma – e não é por outra razão que tempos de crise sempre foram, em maior ou menor medida, tempos de revolução, em que a luta de classes, assumindo a forma de uma forte polarização entre revolução e contra-revolução, sempre decidiu os rumos da história, configurando uma nova correlação de forças por um período mais ou menos longo, até que uma nova crise volte a irromper.

## 2. A crise de superprodução se manifesta “financeiramente” na era do imperialismo e do domínio global do capital financeiro

Marx demonstrou que as crises de superprodução, assim como as fases de expansão e retração do processo histórico de reprodução ampliada do capital, são inerentes ao capitalismo como modo de produção e reprodução social. Elas irrompem periodicamente sempre que o processo de produção do capital, após um período de expansão do crédito, do investimento, da produção, do consumo e do emprego termina por encontrar seus limites ali onde a massa crescente de capitais que buscam reproduzir-se excede a capacidade de extração de mais-valia adicional. Com a taxa de lucro em queda, os capitalistas restringem a oferta de crédito, provocando a queima dos capitais que já não conseguem reproduzir-se, a interrupção do processo de sua reprodução ampliada e a destruição maciça de forças produtivas. É a crise de superprodução que explode: quando a massa de trabalho morto se torna tão extensa que já não consegue extrair mais-valia adicional do trabalho vivo, o capital vê interrompidas as condições de sua reprodução ampliada e os capitalistas param de investir até que se derreta a imensa pirâmide de capitais excedentes que pressionam a taxa de lucro e sejam novamente restauradas as condições de sua valorização.

Para Marx, super acumulação ou sobre produção de capitais e queda da taxa de lucro são expressões diversas de um mesmo processo: a queda da taxa de lucro se expressa dialeticamente como resultado inevitável do processo de super-acumulação de capitais e, na mesma medida, como causa determinante de sua paralisação. As ‘bolhas’ especulativas que se formam periodicamente no sistema financeiro não são, portanto, expressões de uma crise meramente ‘financeira’: elas são a expressão concreta da existência de uma massa de capitais que excede as condições de sua reprodução ampliada. A expressão, portanto, de uma contradição entre a massa de capitais sobre-acumulados e os limites colocados pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada como capital. A crise de superprodução é a manifestação explosiva desta contradição, que desencadeia o derretimento em larga escala dos capitais fictícios e a *débâcle* do sistema financeiro para depois

atingir a produção industrial e se alastrar pelo conjunto da economia.

O surgimento do sistema financeiro a partir da fusão do capital bancário com o capital industrial e da formação dos grandes monopólios que hoje controlam o mercado mundial correspondeu historicamente à necessidade do capitalismo superar suas contradição de base e os limites que elas sempre de novo recolocam à reprodução indefinidamente ampliada do capital. Trata-se de mobilizar o excedente de capitais sobre-acumulados que já não podem ser investidos diretamente na produção para expandir, por meio do sistema de créditos e do mercado de capitais, as condições de produção de novos capitais pela extração de mais-valia adicional a partir do investimento da mais-valia já acumulada. O desenvolvimento do sistema de créditos e dívidas, do mercado de moedas, das sociedades acionárias e das bolsas de valores; a imensa concentração e centralização de capitais na era do capital monopolista; a reprodução parasitária do capital através da dívida pública dos Estados; as mais diversas formas de especulação financeira; a privatização da previdência, o surgimento dos fundos de pensão, a multiplicação da oferta de ativos financeiros de natureza essencialmente especulativa, a criação dos fundos soberanos dos Estados e a utilização da poupança pública em fundos privados de investimento financeiro, tudo isso obedece à necessidade de o capital superar os limites que se recolocam sempre à sua reprodução indefinidamente ampliada. Mas o capital financeiro não pode suprimir as contradições que lhe deram origem: como expressão direta da contradição entre a superprodução de capitais e o estreitamento das bases materiais de sua valorização, ele pode adiar por algum tempo a explosão das contradições entre a superprodução de capitais e a tendência à queda da taxa de lucro, mas não pode suprimi-las pela criação real de valor. As contradições inerentes ao processo de produção do capital e os limites que se lhe colocam voltam sempre de novo a recolocar-se, de forma cada vez mais ampliada e explosiva. Estes limites são dados, sobretudo:

a) pelo consumo relativamente limitado dos indivíduos perante a expansão constante do processo de produção de capital. Mesmo que cresçam os salários e o consumo dos indivíduos ao longo dos ciclos de expansão do capital, ele permanece relativamente limitado perante uma

capacidade de investimento e de produção sempre crescentes, impulsionada pela concorrência inter-capitalista, que não é acompanhada, na mesma proporção nem na mesma velocidade, pela expansão da massa salarial e pela ampliação dos mercados consumidores. A esfera da produção entra aqui em contradição com a esfera da circulação e da realização dos capitais. Essa contradição determina que parte do investimento feito não se realize como capital acumulado, ou que parte do lucro acumulado não possa ser reinvestida, ou, caso investida, já não consiga realizar-se em sua totalidade, desacelerando ou mesmo interrompendo o processo de expansão do capital;

b) à medida que a concorrência entre os capitais determina o aumento da produtividade do trabalho e a substituição cada vez mais acelerada do trabalho vivo pelo trabalho morto, produzem-se modificações correspondentes na composição orgânica do capital, com o aumento sistemático do capital constante (meios de produção) em relação ao capital variável (força de trabalho). O aumento da participação do capital constante na composição orgânica do capital acaba assim por determinar uma diminuição proporcional do investimento em capital variável e, conseqüentemente, um decréscimo da taxa de extração de mais-valia em relação ao montante total do capital investido, determinante para a queda da taxa de lucro como um todo. Como a quantidade de capitais investidos torna-se cada vez maior em relação à capacidade de extrair mais-valia adicional mediante o investimento da mais-valia já acumulada, mais cedo ou mais tarde a queda da taxa e da própria massa de mais-valia termina por pressionar para baixo a taxa de lucro;

c) esses mesmos limites são recolocados, em escala sempre ampliada, pelo próprio desenvolvimento histórico do capital financeiro como expressão do excedente de capitais disponíveis e de sua tentativa de empreender uma “fuga para frente” diante dos limites e das contradições de base do capital. Num primeiro momento, a oferta ampliada de crédito aumenta a quantidade de capitais circulantes, amplia a capacidade de investimento, de produção e de consumo e o nível de emprego e, deste modo, estende as margens e esferas de reprodução ampliada do capital pela produção e extração de mais-valia adicional a partir do investimento da mais-valia já acumulada como capital. O capital financeiro e a



extensão cada vez mais ampla do crédito deslocam assim, num primeiro momento, os limites colocados à valorização indefinida do capital. Mas o processo de financeirização do capital produz também o sobre-incremento de sua composição orgânica: à tendência de aumentar a proporção dos investimentos em capital constante em relação aos montantes investidos em capital variável, acrescenta-se agora o crescimento do crédito e da massa de capitais excedentes que, sem produzir diretamente nem valor nem mais-valia, e muitas vezes assumindo caráter diretamente especulativo, aumentam o volume global de capital circulante e concorrem ferozmente para apropriar-se de parcela cada vez maior da mais-valia adicional produzida. Todo esse movimento de expansão dos capitais é interrompido quando a massa crescente de capitais sobre-investidos já não pode continuar a ser alimentada, no mesmo ritmo, pela produção e extração de mais-valia adicional. A queda da taxa de lucro e a queima dos capitais excedentes e fictícios tornam-se assim inevitáveis.

Desde o surgimento do mercado de capitais e do desenvolvimento do capital financeiro, todas as crises do capitalismo assumiram a forma já clássica do desabamento do mercado financeiro e da imensa montanha de créditos, dívidas e ativos podres que foi se formando em seu interior. Não poderia ser de outro modo. Embora seja o ponto de partida das crises do capitalismo, a crise do sistema financeiro não é nunca sua causa determinante. O capital financeiro cresce à medida que cresce a quantidade de mais-valia historicamente acumulada que sobre-excede as possibilidades de seu investimento direto na extração de mais-valia; ele aumenta, portanto, na medida em que aumenta o volume da produção capitalista, constituindo uma poderosa mola de expansão do processo de reprodução ampliada do capital em suas fases de crescimento. Mas ele não cria mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada. O resultado desta contradição é a formação recorrente de imensas bolhas especulativas nos mercados de capitais, cujo estouro assume primeiramente a forma de uma crise financeira, que na verdade nada mais é do que a expressão aparente de uma crise econômica real.

Os mitos ideologicamente tecidos em torno de uma “nova economia” que teria superado os limites da lei do valor e da mais-valia e as cri-

ses periódicas de superprodução, baseada no ‘regime de acumulação financeira’, nos métodos flexíveis de produção, na extração sempre crescente de mais-relativa e nos ganhos de produtividade gerados pelas novas tecnologias de informação e comunicação não resistiram à prova da história. Tanto o capital comercial como o capital bancário, ainda que tenham se desenvolvido historicamente antes do capital industrial, são estruturalmente dependentes da produção e da extração de valor excedente pelo capital industrial. Ao fim e ao cabo, o capital financeiro não suprime a contradição que o impulsiona; com a salvaguarda cada vez mais imprescindível do Estado, ele apenas permite deslocá-la temporariamente, até que ela volte a se colocar com mais intensidade, já que a plethora de capitais excedentes não pára de crescer e tornar-se cada vez mais desproporcional em relação às condições reais de sua valorização.

### 3. Uma crise em dois tempos?

Os desdobramentos da crise apontam para duas grandes hipóteses: ou teremos uma longa fase recessiva que pode se configurar numa profunda depressão mundial semelhante à que sucedeu a crise de 29, ou, como parece mais provável depois da injeção de trilhões de dólares pelos Estados nacionais no sistema financeiro mundial, viveremos a maior recessão mundial desde o pós-guerra, seguida por uma breve recuperação das atividades econômicas induzida pela intervenção do Estado, que não suprimirá as determinações estruturais da crise e apenas prepara crises mais extensas, agudas e duradouras no futuro, assim como a diminuição dos meios de evitá-las.

A hipótese de uma “crise em dois tempos” está colocada porque, diante da queda da taxa de lucro em seus próprios países, é provável que os capitais imperialistas sigam investindo na China e nos países da Ásia, que oferecem hoje as melhores condições para extração de mais-valia. Caso isso se confirme, enquanto a crise se aprofunda na Europa, nos EUA e no Japão, a economia chinesa e de outros países da Ásia poderá desacelerar seu ritmo de crescimento numa proporção muito menor do que o resto do mundo. Mas em algum momento esse

crescimento, ainda que desacelerado, não poderá deixar de sofrer com a queda da demanda mundial, principalmente nos EUA, seu principal comprador. O sobre-investimento se tornaria então insustentável e uma crise de superprodução na China e nos demais países asiáticos se tornaria inevitável, abrindo o “segundo tempo” da crise mundial. Ao entrar em crise, a economia chinesa fará desabar ainda mais a taxa de lucro e derrubará consigo todas as economias que baseiam grande parte de seu crescimento na exportação de alimentos, recursos minerais e matérias-primas à China e outros países asiáticos, como é o caso de Brasil e Argentina. Uma nova rodada de desvalorização dos capitais e destruição das forças produtivas se tornaria inevitável e seria ainda mais agravada pela expansão do déficit e da dívida estatal das principais economias do planeta, aprofundando decisivamente a escalada da crise econômica mundial.

Como a China aplica grande parte de seu imenso déficit comercial em títulos do Tesouro dos EUA<sup>11</sup>, com a desaceleração do crescimento chinês surgirão dificuldades cada vez maiores para o financiamento da crescente dívida estatal norte-americana<sup>12</sup>. Nesse contexto, a desvalorização do dólar pode se acentuar ainda mais, terminando por ameaçar sua posição hegemônica no sistema financeiro-monetário mundial. Diante da pleora de capitais que buscam assegurar as condições de sua realização, para alimentar seu “regime de acumulação financeira”, atrair capitais de todo o mundo e assegurar sua hegemonia como centro do sistema financeiro mundial, os EUA têm aumentado sua dívida estatal e despejado nos mercados financeiros novos capitais fictícios que buscam assegurar a reprodução sempre ampliada do abundante estoque de

11 “A burguesia estadunidense realizou grandes investimentos na China, aproveitando as condições muito favoráveis que lhe foram oferecidas. A China vende seus produtos industriais a todo o mundo, especialmente aos próprios EUA (uma das causas do aumento constante do déficit exterior deste país). Por outro lado, grande parte dos lucros obtidos retorna aos EUA, principalmente para comprar títulos do Tesouro dos EUA. Atualmente a China é a principal proprietária destes títulos, com a incrível cifra de 900 bilhões de dólares. Desta forma, financia-se uma parte do déficit público e se realimenta o circuito econômico nos EUA. Assim, é estabelecida uma ‘divisão internacional do trabalho’ com os EUA como centro financeiro mundial, China (e em menor medida Índia) como ‘fábrica do mundo’ dependente e outros países (Brasil Argentina, Rússia, Venezuela, Oriente Médio) como provedores de alimentos, petróleo, gás, minerais, etc”. (*A situação econômica mundial*. Documento aprovado pelo IX Congresso Mundial da LIT-CI, realizado em julho de 2008 – www.lit-ci.org).

capitais fictícios já existentes. Um “regime de acumulação financeira” como esse, baseado nos EUA e em menor medida nos países imperialistas da Europa e no Japão, funcionou até a crise como um aspirador permanente de toda a mais-valia produzida no mundo. Foi a adoção desse regime de “fuga para frente” que permitiu que as sucessivas crises que precederam a grande crise de 2008 fossem deixadas para trás pela injeção artificial de novos capitais fictícios para alimentar a reprodução dos já existentes<sup>13</sup>. Este processo, que esteve na base da formação recorrente de bolhas especulativas na economia dos EUA, culminou na formação da pirâmide especulativa que começou a desabar em 2007-08. Um “regime de acumulação financeira” não pode auto-reproduzir-se indefinidamente sem que a extração de mais-valia adicional cresça nas mesmas proporções que a massa de capitais fictícios que disputam a mais-valia produzida. A crise iniciada em 2007/2008 demonstrou cabalmente os limites desse “regime”.

Assim como em 2000-01, os EUA reagiram à queima de capitais fictícios com a reafirmação de seu regime monetário deflacionário (taxas de

12 “Nos últimos anos, as autoridades monetárias dos EUA vêm alentando a desvalorização do dólar frente às outras moedas fortes (o euro e o iene). Essa desvalorização lhes permite reduzir o valor real da dívida que o fisco dos EUA contrai com a venda de títulos do Tesouro. Ao mesmo tempo, como o dólar segue sendo de fato o padrão do sistema monetário mundial, os outros bancos centrais buscam sustentar a cotação do dólar para evitar uma queda acentuada de seu valor, o que realimenta a venda dos títulos do Tesouro dos EUA. O mesmo ocorre com o governo chinês e as empresas radicadas neste país. Por seu peso na economia mundial, os EUA utilizam a ameaça de ‘se caio, caem todos’. Trata-se de um jogo que favorece o sistema financeiro-monetário dos EUA. Mas é um jogo muito perigoso, que ameaça o sistema monetário mundial e o torna muito mais frágil”. (*A situação econômica mundial*. Documento aprovado pelo IX Congresso Mundial da LIT-CI, realizado em julho de 2008 – www.lit-ci.org).

13 Em março de 2000, quando explodiu a bolha especulativa nos mercados de capitais dos EUA, sepultando as delirantes teorias de uma “nova economia”, o Federal Reserve reduziu a taxa de juros, entre 2001 e 2003, de 6,25% para 1% ao ano. A adoção de um regime deflacionário da taxa de juros nos EUA – uma expressão concreta da imensa massa de capitais sobre-excedentes –, acompanhado em seguida pelo resto do mundo, gerou uma imensa oferta de crédito barato para impulsionar o consumo, a produção e o investimento, que se expandiu a ponto de produzir, alguns anos depois, uma taxa de poupança negativa nos EUA. A esse novo regime monetário, somou-se uma desregulamentação ainda mais acentuada das operações especulativas do capital, que ganharia grande impulso com a posterior retomada da atividade econômica, inflando mais uma vez a gigantesca bolha especulativa que viria a explodir em setembro de 2008. Esses dois mecanismos, somados ao aumento do orçamento militar e dos investimentos em tecnologia e produção de armas com as ‘guerras preventivas’ que os EUA promoveram no Iraque e no Afeganistão, permitiram uma saída rápida da recessão de 2000/01. Com a nova queda da taxa de lucro, quando esses mecanismos tornaram-se incapazes de assegurar a reprodução ampliada da pleora de capitais fictícios, a crise tornou-se inevitável.



juros negativas), o aumento de seu endividamento e o lançamento de mais capital fictício nos mercados financeiros<sup>14</sup>. Isso equivale a imprimir dólares sem lastro, forçando sua desvalorização como modo de assegurar o financiamento de sua dívida estatal galopante e diminuir seu imenso déficit comercial transferindo o peso de sua crise para outros países. Esse é um jogo muito arriscado. A dinâmica da crise, à medida que tende a forçar a desvalorização ainda maior do dólar, pode acabar levando a que ele deixe de exercer o papel de moeda-padrão do sistema financeiro-monetário mundial. Se os capitais do mundo inteiro deixarem de fluir à sua fonte maior de liquidez – os EUA, centro financeiro da economia “globalizada” –, um dos pilares da hegemonia mundial dos EUA pode ruir. Caso isso ocorra, o déficit fiscal e o déficit externo dos EUA se tornarão insustentáveis, o dólar perderá sua posição de moeda de reserva internacional e o financiamento do consumo norte-americano pelo resto do mundo chegará ao fim. Caso essas hipóteses se confirmem, o sonho de um “novo século americano” chegará ao fim.

Num cenário de retração mundial e diminuição das receitas orçamentárias, a elevação do déficit fiscal e do estoque da dívida dos Estados representa uma ameaça ao sistema financeiro mundial. A reprodução do capital, cada vez mais financeirizado, torna-se, assim, cada vez mais dependente do Estado. Resta saber até que ponto o Estado poderá continuar a salvaguardar a reprodução indefinidamente ampliada da pletera de capitais fictícios que enredou a economia mundial. Com a queda brutal da taxa de lucro, a “fuga para frente” pela injeção de mais liquidez a fim de assegurar a reprodução ampliada da massa crescente de capitais fictícios pode estar com seus dias contados<sup>15</sup>, colocando em xeque o “regime de acumulação financeira” e abrindo uma nova etapa na história da economia mundial.

14 É isso que explica que a Bolsa de New York tenha sofrido, entre abril e junho de 2009, em plena crise, sua maior alta em dez anos, sendo acompanhada em sua tendência por muitas das principais bolsas de valores do mundo.

#### 4. Queda da taxa de lucro, crise de superprodução e crise estrutural do capital

Para todos os efeitos, chegamos a uma situação em que a análise da curva de longo prazo do crescimento capitalista e de suas tendências estruturais já não permite que suas crises possam ser consideradas como um desvio anômalo numa curva virtuosa de crescimento ampliado e indefinido, como gostariam de nos fazer acreditar os apóstolos do capital. O que se passa é exatamente o contrário. O ritmo de crescimento da economia mundial vem diminuindo nas últimas quatro décadas e, ao que tudo indica, tende a desacelerar-se cada vez mais no futuro<sup>16</sup>. A taxa de lucro média, para além de suas oscilações conjunturais, sofre uma trajetória de queda histórica desde o fim dos anos 60. A despeito das diferenças decorrentes das diversas modalidades de cálculo adotadas nesses estudos, todos eles convergem em apontar que, depois de um forte crescimento nos anos do pós-guerra até 1967, uma tendência de queda até 1980, uma recuperação irregular até 2000, seguida de nova queda e de uma nova recuperação entre 2003 e 2005, desde 2006 a taxa de lucro entrou em queda livre. A taxa de lucro em 2004 não só era bem menor que em 1967, mas também menor que o pico da taxa de lucro nos anos 90, que jamais chegou a se aproximar dos níveis atingidos no longo período de crescimento do pós-guerra.

15 “O Federal Reserve (Banco Central) dos EUA cria mais capital fictício para conservar a ilusão no valor de capitais que estão derretendo-se e desvalorizando-se, com a perspectiva de ter, num determinado momento, a possibilidade de aumentar fortemente a pressão fiscal, mas em realidade não poderá fazê-lo, porque isso significaria o congelamento do mercado interno e a aceleração da crise como crise real. Assistimos, pois, a uma fuga para frente que não resolverá nada.” (...). “O problema é saber quanto tempo se poderá ter como único método de política econômica criar mais e mais liquidez,... Será possível que não haja limites a criação de capital fictício sob a forma de liquidez para manter o valor do capital fictício já existente? Essa me parece uma hipótese demasiado otimista e, entre os economistas norte-americanos, muitos duvidam disso”. CHESNAIS, F. “Como la crisis de 29, o más... Um nuevo contexto mundial”, p. 49-50.

16 Alguns importantes estudos que tratam deste assunto, com diferentes metodologias de cálculo, mas todos eles apontando para uma tendência consistente de queda da taxa de lucro nas últimas quatro décadas: SHAIKH, A. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*. Bogotá. Tercer Mundo Editores. 1991. DUMÉNIL, G. et LÉVY, D. *The real and financial components of profitability*. MODEM-CNRS and CEPREMAC-CNRS. 2005. GONZÁLEZ, J.L.G. *Tendencia histórica de la tasa de ganancia en EE.UU. (1929-2006)*. .

Esses estudos demonstram empiricamente a queda da taxa de lucro, e que ela coincide com o início dos períodos de crise. Demonstram que, desde o final da década de 60, estabeleceu-se um padrão de ciclos de expansão do crescimento econômico e da taxa de lucro cada vez mais curtos, interrompidos com frequência cada vez maior por períodos de queda, em que a recuperação se dá sempre em níveis mais baixos que no período anterior. Demonstram, por fim, que estamos diante de uma inflexão histórica na trajetória da taxa de lucro. A lei tendencial da queda da taxa de lucro formulada por Marx havia sido contrabalançada pelo que ele mesmo havia exposto como a ação de seus mecanismos compensatórios durante o longo período de ascendência histórica do sistema do capital em escala mundial<sup>17</sup>, o que fez com que muitos imaginassem que ela havia sido desmentida e que o capitalismo seria de fato capaz de reproduzir-se de forma indefinidamente ampliada. Mas essa aparência não resistiu à prova da história: enquanto os fatores contrários à lei predominaram sobre a sua dinâmica interna, a taxa de lucro manteve-se numa trajetória histórica de crescimento; desde que esses mesmos fatores deixaram de ser capazes de compensar as determinações da lei, a taxa de lucro entrou numa trajetória em queda.

Há razões estruturais para essa inflexão numa época em que o sistema inerentemente auto-expansivo do capital se acha em vias de concluir sua expansão como sistema globalmente expandido e integrado e as condições de sua reprodução ampliada não poderiam deixar de se tornar a cada dia mais estreitas. As possibilidades de auto-reprodução indefinidamente ampliada do capital são dadas, em última análise, pelos limites do planeta. Já não há novas fontes de matéria-prima, força de tra-

17 Na formulação de Marx, os fatores que agem contrariamente à lei tendencial da queda da taxa de lucro são: o aumento do grau de exploração do trabalho; a redução dos salários; a queda no preço dos elementos do capital constante e do capital variável; a formação de uma superpopulação relativa como consequência do crescimento do desemprego determinado pela dinâmica de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, que pressiona para baixo o preço da força de trabalho; a dívida pública; o comércio exterior; e o aumento do capital em ações, com o desenvolvimento do sistema financeiro. Outros fatores que surgiram historicamente depois da obra de Marx poderiam ser acrescentados, tais como o desenvolvimento do capital financeiro e o papel assumido pelo Estado como estrutura política de comando do capital no financiamento e na regulação das condições de sua reprodução ampliada e no desenvolvimento do complexo militar-industrial. (MARX, K. *O Capital*, Livro III, Terceira Parte).

balho e extração de mais-valia e novos mercados consumidores que possam ser incorporados nas mesmas proporções abundantes como ao longo dos séculos de história do processo de mundialização do capital. Na Ásia e nos países mais pobres da África e América Latina o capitalismo está se lançando hoje à exploração de suas últimas fronteiras em sua busca freneticamente devastadora por recursos naturais e exploração de mão de obra cada vez mais barata.

Numa situação em que os principais mecanismos de expansão do capital nas últimas décadas não lograram deter a tendência de queda da taxa de lucro (Cf. nota 2), voltamos a nosso ponto de partida: a crescente insuficiência do processo de extração de mais-valia diante do estoque de capitais historicamente sobre-acumulados, que vem determinando, na mesma medida, uma violência crescente no processo de exploração do trabalho e extração de mais-valia.

As condições de reprodução indefinidamente ampliada do capital são restringidas, em última análise, pelos limites que lhe são oferecidos pelas duas únicas fontes de produção de valor e de toda a riqueza socialmente produzida: a natureza e a capacidade de trabalho dos seres humanos. No que diz respeito à natureza, os limites do capitalismo são os limites do planeta: quanto mais esses limites são ativados, mais elevados se tornam os “custos” da natureza e mais restritas as possibilidades de reprodução ampliada do capital. O que aqui está em jogo não é a viabilidade do capitalismo, mas a sobrevivência da humanidade: na era da produção destrutiva, já deve estar suficientemente claro para todos em que medida a reprodução indefinidamente ampliada do capital representa uma ameaça letal às bases sócio-metabólicas mais elementares da existência humana em nosso lar planetário.

No que diz respeito ao trabalho, Marx demonstrou que o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e de seu intercâmbio global, à medida que restringe a participação do trabalho vivo na produção de valor em relação ao montante de capital constante (trabalho morto, na forma de maquinaria, instalações, etc.) e de capitais sobre-acumulados que buscam as condições de sua valorização (sobre-incremento da composição orgânica do capital, na forma da hipertrofia crescente do crédito e do capital financeiro), restringe na mesma medida as condições de

extração de mais-valia adicional a partir do investimento da mais-valia já acumulada como capital, determinando a tendência histórica da queda da taxa de lucro – e com ela, o acirramento permanente e inevitável de todas as contradições, os antagonismos e os limites históricos e estruturais do capital. Para um montante cada vez maior de capital investido, o investimento em capital variável (base da extração de mais-valia) se torna cada vez menor, pressionando para baixo a taxa de lucro. Ao fim e ao cabo, a tendência de queda da taxa de lucro só pode ser contrabalançada pelo aumento da taxa de exploração do trabalho (prolongamento da jornada, intensificação de seu ritmo, queda da massa salarial, aumento na extração de mais-valia absoluta), que se torna possível a partir do momento em que o processo estrutural de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto produz o desemprego de massas em escala cada vez mais ampliada<sup>18</sup>.

Se por um lado o aumento da produtividade produz a diminuição do tempo de trabalho necessário e o aumento do tempo de trabalho excedente cujo valor pode ser apropriado pelo capitalista, gerando aumento imediato da taxa de mais-valia e da taxa de lucro, por outro, à medida que leva ao incremento sistemático do capital constante na composição orgânica do processo global de produção do capital, ele acaba produzindo, no longo prazo, a tendência de queda da taxa de lucro para o sistema como um todo. Os ganhos de produtividade aferidos pelo capitalista individual num primeiro momento, na forma de um acrés-

18 “Portanto, a fórmula da maquinaria é: não a diminuição relativa da jornada individual de trabalho – jornada esta que é parte necessária da jornada de trabalho – mas a redução da quantidade de trabalhadores, isto é, das muitas jornadas paralelas, formadoras de uma jornada coletiva de trabalho, fundamental à constituição da maquinaria. Em outros termos, uma quantidade determinada de trabalhadores é posta para fora do processo de produção e seus postos de trabalho extintos como sendo, ambos, inúteis à produção de mais-trabalho. (...) O trabalho passado juntamente com a circulação social do trabalho são apreendidos como meios de tornar supérfluo o trabalho vivo. (...) A oposição entre capital e trabalho assalariado desenvolve-se, assim, até sua plena contradição. É no interior desta que o capital aparece como meio não somente de depreciação da capacidade viva de trabalho, mas também como meio de torná-la supérflua. Em determinados processos isso ocorre por completo; em outros, essa redução se efetua até que se alcance o menor número possível no interior do conjunto da produção. O trabalho necessário coloca-se, então, imediatamente como população supérflua, como excedente populacional – aquela massa incapaz de gerar mais trabalho”. (MARX, K. In *Manuscritos de 1861-1863*, caderno XX, extraído de “Zur Kritik der Politischen Ökonomie [Manuskript 1861-63]”, *Mega*, II, 3.6. Berlim, 1982, pp. 2053-2059. Traduzido do original alemão por Jesus J. Ranieri. Apud ROMERO, D. *Marx e a Técnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 237-238.

cimo na extração de mais-valia relativa, ao serem depois incorporados pelos outros capitais, geram a taxa média cada vez mais elevada de produtividade do trabalho e a tendência concomitante à queda nos preços das mercadorias. Com a concorrência implacável entre os capitais particulares pelo aumento na extração de mais-valia relativa e pelo barateamento do valor das mercadorias, forma-se o círculo vicioso determinante para que prevaleça ao final a tendência de queda da taxa de lucro para o sistema do capital como um todo: quanto mais o capital busca superar seus limites pelo aumento da extração de mais-valia relativa mediante o desenvolvimento tecnológico, maior se torna a proporção de investimento em capital constante em relação ao investimento em capital variável, mais estreitas as bases de extração de mais-valia em relação ao montante de capitais investidos e menor, portanto, a taxa de lucro para o sistema como um todo. Os limites do capital não são dados apenas pelos limites da natureza ou pelos limites físicos e sociais que se colocam para a extração de mais-valia absoluta; eles são dados também pelos próprios limites e contradições estruturais que se colocam para a expansão indefinida da extração de mais-valia relativa.

O desenvolvimento das forças produtivas sob a lógica do capital não produz, portanto, apenas a queda da taxa de lucro; ele também diminui, relativamente, a capacidade e a necessidade que tem o capital de empregar trabalho vivo para sua reprodução ampliada, provocando a elevação sistemática do desemprego e a formação do que Marx designou como uma superpopulação relativa que já não pode mais ser absorvida pelo capital no processo de sua produção<sup>19</sup>. A tendência de queda da taxa de lucro só pode ser compensada ao longo deste processo à medida que a oferta excedente de força de trabalho pressiona para baixo seu valor, tornando mais favoráveis as condições para a extração

19 A lei da população formulada por Marx no Livro I do *Capital*, Parte Sétima, XXIII, foi historicamente confirmada pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo. No século XIX e durante boa parte do século XX, a superpopulação relativa produzida pelo próprio desenvolvimento histórico do capitalismo foi a principal responsável pelo povoamento do continente americano. Na segunda metade do século XX e no começo do século XXI, com a mundialização do capital, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o deslocamento da produção industrial para os países coloniais, semi-coloniais e periféricos do sistema, o fluxo migratório se inverteu: ele parte agora dos países periféricos para a Europa, os EUA e o Japão, pressionando para baixo o valor da força de trabalho em todo o mundo.

de mais-valia e moderando a queda da taxa de lucro pelo incremento constante do grau de exploração do trabalho. O desequilíbrio estrutural entre a massa de capitais que excede as condições de seu investimento direto na produção e a oferta cada vez mais excedente de força de trabalho tende a converter a classe trabalhadora mundial num imenso exército industrial de reserva que não pára de crescer com o ritmo cada vez mais acelerado imprimido pela substituição maciça do trabalho vivo pelo trabalho morto. A economia de tempo de trabalho propiciada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que poderia levar a um incremento constante do tempo livre disponível e a uma quantidade de trabalho necessário cada vez menor para a satisfação de necessidades humanas cada vez mais ampliadas, no sistema capitalista traduz-se na escalada do desemprego crescente e da exploração cada vez mais violenta do trabalho em meio a um processo de concentração e centralização de capitais sem precedentes na história<sup>20</sup>.

Uma vez que a massa de capitais cresce mais rapidamente que a massa salarial e que o desemprego não cessa de aumentar com o aumento da produtividade do trabalho, a capacidade de consumo dos produtores de riqueza não pode acompanhar no mesmo ritmo a expansão do investimento, da produção e da acumulação de capitais, o que contribui para a hipertrofia cada vez maior do capital financeiro, o sobre-incremento cada vez maior da composição orgânica dos capitais, a queda cada vez mais acentuada da taxa de lucro e a tendência à irrupção cada vez mais freqüente de crises de super-produção cada vez mais intensas. As forças produtivas historicamente desenvolvidas pelo capitalismo entraram assim em contradição com as relações sociais de produção inerentes ao capital como modo de produção e reprodução social. O desenvolvimento das forças produtivas, o aumento constante de sua produtividade e a substituição maciça do trabalho vivo pelo trabalho morto não pode ser levado às últimas conseqüências pelo capital sem

20 “A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio de forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores”. (MARX, K. *O Capital*, Livro I. Cap. XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 504).

que se produza a queda cada vez maior da taxa de lucro, o crescimento exponencial do desemprego de massas e a tendência à queda da massa salarial e à precarização das condições de vida e de trabalho da imensa maioria da classe trabalhadora mundial. Ali onde o desenvolvimento das forças produtivas tende a derrubar a taxa de lucro e restringir gradativamente as condições de reprodução do capital, sua permanência histórica só pode ser assegurada pela exploração cada vez maior do trabalho, a ampliação cada vez violenta do desemprego e a destruição cada vez mais predatória da natureza<sup>21</sup>. Mesmo que o equilíbrio rompido pela crise seja mais uma vez restaurado a partir da intervenção dos Estados, as condições de reprodução ampliada do capital sejam restabelecidas e os limites de sua dominação mais uma vez estendidos, as dimensões da crise e as duras medidas que o capital inevitavelmente terá de tomar para superá-la apontam, no próximo período, para o previsível agravamento de todas as suas contradições, seus antagonismos e suas tendências estruturalmente destrutivas.

21 Em 1931, John Maynard Keynes publicou um ensaio com o título “Possibilidades econômicas para nossos netos”. Nele, Keynes argumenta que a combinação entre acúmulo de capitais e desenvolvimento científico e tecnológico, embora produza num primeiro momento o chamado desemprego estrutural, poderia gerar, no longo prazo, “a solução para o problema econômico da humanidade”. Keynes projeta um desenvolvimento das forças produtivas que, no prazo de cem anos, nos colocaria muito próximos de nos tornar livres de necessidade de trabalhar para satisfazer as necessidades humanas: segundo suas projeções, em torno de 2030 não teríamos de trabalhar mais que 15 horas semanais e poderíamos dedicar o restante do tempo ao lazer e à cultura. As condições objetivas para a emancipação do gênero humano estariam dadas e a centralidade histórica da acumulação de riqueza e da lei da produtividade do trabalho perderia seu sentido, permitindo que a humanidade retornasse a uma ética que condena a usura, a avareza e o amor pelo dinheiro. Mas Keynes nos alerta que enquanto esse tempo não chegar, “por pelo menos mais um século devemos fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é injusto e o injusto justo; pois o injusto é útil e o justo, não”. O que o otimismo de Keynes não leva em consideração são as determinações objetivas e subjetivas que decorrem das relações sociais de produção, propriedade e poder inerentes ao capitalismo: enquanto essas relações perdurarem, toda a economia de tempo de trabalho propiciada pelo aumento permanente de sua produtividade terá de continuar a ser absorvida pelo processo global de produção do capital, fazendo com que o desemprego não cesse de incrementar a explosiva formação de uma crescente superpopulação relativa, cuja existência permite que o prolongamento da jornada de trabalho, sua intensificação e a própria queda no valor da força de trabalho sejam sistematicamente utilizados como o principal recurso de que dispõe o capital para contrabalançar a tendência estrutural à queda da taxa de lucro.

## 5. Para não concluir

A “bolha” ideologicamente inflada do “fim da história”, do “fim das classes e da luta de classes” em meio à emergência de um “capitalismo imune a crises” e de uma “nova era de prosperidade universal” encontrou terreno favorável para se expandir no período subsequente à restauração capitalista, mas não resistiu à prova da história. As contradições e os antagonismos estruturais do capital não foram suprimidos pela restauração capitalista e pela grande ofensiva política, ideológica e econômica que se lhe seguiu nas últimas décadas. Como todas as grandes crises que periodicamente abalam o sistema do capital e provocam grande destruição de forças produtivas, a crise que explodiu em 2008 produzirá transformações significativas nos terrenos da luta de classes, das relações inter-estatais e na própria arquitetura do poder mundial, que repercutirão na atmosfera ideológica da sociedade, na sua superestrutura política, na configuração material das forças produtivas, da divisão do trabalho e do sistema de trocas e em todos os setores e dimensões da vida social, com o potencial de voltar a colocar em xeque, como nas grandes crises do século XX, as relações sociais de produção, propriedade e poder que estruturam a sociedade capitalista.

Nesse cenário, se o equilíbrio da ordem do capital em crise vier a ser restaurado, como tudo indica que ocorrerá mais cedo ou mais tarde, sob que bases, com que custos e por quanto tempo este equilíbrio ainda poderá se impor? A crise iniciada em 2008 prepararia crises ainda mais extensas e duradouras, assim como a diminuição dos meios de evitá-la? Diante da marcha cada vez mais acelerada dos processos destrutivos em curso, o capitalismo ainda se acharia em condições de desenvolver as forças produtivas, preservar as bases naturais da vida, restaurar as condições de sua reprodução ampliada e fazer progredir a humanidade?<sup>22</sup> Ou

<sup>22</sup> A questão central desenvolvida por István Mészáros em sua obra resume as questões e os desafios colocados à humanidade no século XXI: “Sob que condições o processo de expansão do capital pode atingir seu final em uma escala verdadeiramente global, trazendo consigo, necessariamente, o fim das revoluções esmagadas e deturpadas, abrindo assim a nova fase histórica de uma ofensiva socialista que não pode ser reprimida? Ou para colocar de outro modo: quais são as modalidades viáveis – embora de modo algum inexauríveis – de revitalização do capital, tanto com respeito às suas válvulas de escape diretas como em relação ao seu poder de adquirir novas formas que significativamente estendam suas fronteiras no marco de suas determinações últimas e de seus limites históricos mais gerais?” (MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 591).

estariamos entrando numa época de destruição e declínio irreversíveis das forças produtivas, de acirramento da contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção – uma época da história da luta de classes que será marcada por crises, guerras e revoluções, uma época revolucionária, portanto, em que estará mais uma vez colocada aos revolucionários de todo o mundo a tarefa consciente de construir as condições para a retomada da ofensiva socialista em escala mundial?

## The Great Crisis of Capital

**Abstract:** This article is a marxist analysis of the global economic crisis and the way it defies capitalism as a whole. We argue here that this crisis is not a “financial” one, but a classical overproduction crisis, determined by the speculative character of capital and the hypertrophy of the financial capital in relation to the capital that produces directly plus-value. We discuss the structural dimensions of the crisis, the nature of financial capital and the structural determinations that produce the historical tendency to the fall of the profit tax.

**Key-words:** Capital – Overproduction Crisis – Financial Capital – Profit Tax – Plus-Value.

## Referências bibliográficas

- CHESNAIS, F. et al. Como la crisis de 29, o más...Um nuevo contexto mundial. In: *Crack del Capitalismo Mundial*. Condor Editores, 2008.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. The real and financial components of profitability. MODEM-CNRS & CEPREMAC-CNRS, 2005.
- ITURBE, Alejandro. A pior crise capitalista desde 1929? - Informe oral apresentado no IX Congresso Mundial da Liga Internacional dos Trabalhadores-Quarta Internacional (LIT-CI). *Revista Marxismo Vivo*, n. 19, 2008.



MARX, Karl. *Le Capital*, livro II, vol. 1. Paris, Éditions Sociales, s.d.

MARX, K. *O Capital*, Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ROMERO, D. *Marx e a Técnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SHAIKH, A. *Valor, acumulación y crisis: ensayos de economía política*.  
Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.